



O Mercado e a Contradição Liberal

Alexandre Santos

Comentário sobre a impossibilidade de abrandar o caráter perverso do mercado em ambiente liberal.

A 'fórmula' para abrandar os malefícios do liberalismo é tornar o mercado menos injusto e perverso pela inclusão de todos aqueles que atualmente estejam excluídos da sua consideração

A despeito das ponderações humanistas alertando para a impotência dos excluídos diante dos modelos de planejamento baseados no consumo, os liberais insistem em unguir o mercado a condição de elemento único do seu Sistema de Planejamento Econômico. De fato, o modelo liberal de planejamento econômico é guiado exclusivamente pelo consumo. Ou seja, aqueles que consomem, realizando compras, indicam os rumos a serem seguidos pela economia. Os pobres e miseráveis, por sua vez, que não têm renda para participar do mercado na condição de "consumidores", permanecem alheios e impotentes, sem voz, sem vez e sem voto para influenciar os rumos econômicos. É, assim, um modelo que atende apenas aos interesses dos consumidores, excluindo todos aqueles que, por conta do baixo poder aquisitivo, não possam "comprar".

Sendo excludente, o modelo liberalista não é, evidentemente, um modelo justo e deve, nesse sentido, ser combatido inteligentemente. Dessa forma, enquanto não for possível a implantação de um sistema econômico solidarista, pleno de justiça e harmonia, precisamos descobrir "fórmulas" que, embora não redimam o liberalismo de seus pecados básicos, possam, pelo menos, reduzir sua desumanidade, minimizando o sofrimento de suas vítimas.

A "fórmula" para abrandar os malefícios do liberalismo é tornar o mercado menos injusto e perverso pela inclusão de todos aqueles que atualmente estejam excluídos da sua consideração. Mas, como o mercado "só tem olhos para o dinheiro das pessoas", a inclusão dos excluídos implica, necessariamente, na elevação da sua renda, dando-lhes poder aquisitivo e, conseqüentemente, voz, vez e voto nos processos decisórios liberais. Em outras palavras, o mercado só alcançaria alguma pertinência como instrumento de planejamento econômico quando todas as pessoas tivessem o poder aquisitivo fortalecido ao ponto de se fazerem "ouvidas".

Na realidade, a elevação da renda das pessoas, principalmente daquelas mais pobres, pode ser um vigoroso instrumento de Crescimento Econômico pois, ao descomprimir a demanda reprimida, os setores que produzem os bens mais consumidos são "dinamizados", provocando, na sua esteira, um grande efeito multiplicador por toda a economia. Esse fenômeno é especialmente marcante no aumento da renda das populações mais pobres que têm menor "propensão à poupança". O aumento do poder aquisitivo dos

mais pobres permite a recomposição de seu perfil de consumo, gerando grande impacto na economia. O aumento da circulação do dinheiro nessas condições estimula o consumo dos bens de subsistência, apontando rumos para o setor produtivo, gerando, ao mesmo tempo, os recursos para o financiamento desse modelo de Crescimento Econômico. O mesmo não ocorre com a elevação da renda dos mais ricos que, por não enfrentarem problemas de repressão da demanda, costumam destinar o "dinheiro excedente" para a formação de poupança, retirando-o de circulação e, conseqüentemente, desestimulando o consumo e, nessa esteira, a produção.

Naturalmente, como as elites financeiras ganham muito dinheiro emprestando dinheiro para financiar a instalação dos chamados *investimentos estruturadores*, o financiamento do Crescimento Econômico através do consumo popular costuma ser rechaçado e, mesmo, acusado de *inflacionário*. Nesse ponto, estranhamente, as elites liberais costumam, dar as costas ao mercado que tanto homenageiam. Essa é uma grande contradição dos liberais que só defendem o mercado enquanto este funciona em seu benefício. Temos, de qualquer forma, que o mercado pode ser "menos perverso".

Além de práticas solidaristas, como o estímulo à co-propriedade - elevando os operários a condição de empresários-operários -, a elevação da renda das pessoas pode ser conquistada com o pleno emprego e elevação simultânea dos salários ou, ainda, através de mecanismos de garantia de renda mínima. A recusa dos liberais em aceitar essa "solução de mercado" para os graves problemas éticos que pesam sobre o perverso modelo que insistem em defender é sugestiva e indica que, talvez, o liberalismo não possa ser "humanizado" por mais criativa que seja a sua salvação.

Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional
(PSN)
Editorial de O Libertador, nº 39, da 2ª quinzena de junho de 1996.